



## Câmara Municipal de Arcos

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35588-000

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

**Ofício nº 009/2025**

**Assunto: Encaminha proposta de projeto de lei**

Arcos, 28 de março de 2025.

Senhor Prefeito,

Visando a valorização dos servidores públicos municipais venho encaminhar ao Executivo Municipal uma proposta de projeto de lei para apreciação do Executivo.

Trata-se de projeto de lei que **AUTORIZA O CUSTEIO E CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARCOS/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Uma vez analisada a referida proposta e reconhecida sua viabilidade, solicito que seja encaminhado o Projeto de Lei a essa Casa, para posterior discussão e votação.

Tendo em vista a importância da matéria para os servidores e por se tratar de uma questão que valorização do servidor municipal, solicito que a análise seja realizada com urgência e sendo só para o momento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**ALEX GRACIERES RIBEIRO – “DIDIER”**

**Vereador**

Excelentíssimo Senhor  
Wellington Francelli Estevão Rodrigues Roque  
Prefeito Municipal  
Arcos – MG



## **Câmara Municipal de Arcos**

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35588-000

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

### **PROPOSTA DE PROJETO DE LEI**

**AUTORIZA O CUSTEIO E CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARCOS/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Arcos, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, aprova e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Plano de Saúde para os Servidores Públicos efetivos, comissionados e contratados do Município de Arcos/MG.

Art. 2º - O plano de saúde da será definido por meio de processo licitatório público, para contratação de empresa de prestação de serviços técnicos profissionais especializados.

Parágrafo único. O plano de saúde oferecido aos seus servidores deverá compreender ações preventivas e curativas necessárias à proteção e à manutenção da saúde dos servidores, que serão prestadas por meio de consultas médicas, atendimento emergencial, ambulatorial, cirúrgico, exames, internação e tratamento de doenças congênitas de forma direta ou por meio de terceiros credenciados pelo prestador de serviços quando for o caso, sempre em conformidade com o que preceitua a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e suas alterações posteriores, bem como de acordo com as normas da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 3º - Participam, como beneficiários, do plano de saúde os servidores públicos efetivos, comissionados e contratados do Poder Executivo; e, como prestadores de serviços, as pessoas jurídicas habilitadas que ofereçam planos de assistência médica ambulatorial e hospitalar, quer mediante rede conveniada ou credenciada.

§ 1º Não é obrigatória a participação dos beneficiários nas despesas da concessão do plano de saúde.

§ 2º A eventual participação dos beneficiários nas despesas do plano de saúde será fixada em regulamentação própria.

§ 3º A adesão do servidor ao plano de saúde a ser contratado pelo Município de Arcos/MG é facultativa.

§ 4º A pessoa jurídica contratada poderá oferecer aos beneficiários serviços adicionais não incluídos no plano básico universal, os quais poderão ser aceitos



## **Câmara Municipal de Arcos**

[www.camaraarcos.mg.gov.br](http://www.camaraarcos.mg.gov.br)

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35588-000

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 [contato@camaraarcos.mg.gov.br](mailto:contato@camaraarcos.mg.gov.br)

individualmente pelos servidores interessados, mediante pagamento integral de suas respectivas despesas a ser realizado por estes.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares e especiais, se e quando necessários.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei por instrumento próprio.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arcos, 28 de março de 2025.

**WEELINGTON FRANCELLI ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE**  
**Prefeito Municipal**



## **Câmara Municipal de Arcos**

[www.camaraarcos.mg.gov.br](http://www.camaraarcos.mg.gov.br)

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35588-000

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 [contato@camaraarcos.mg.gov.br](mailto:contato@camaraarcos.mg.gov.br)

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

A proposta em apreço tem por finalidade proporcionar aos servidores municipais um auxílio cada vez mais ofertado por diversos órgãos públicos – dos vários entes federativos –, na medida em que o bem-estar físico, mental e social dos agentes públicos se revela imprescindível para a consecução de serviços satisfatórios e eficientes, porquanto, ao serem criados, surge, por consectário lógico, a exigência do elemento humano para executá-los.

Nesse passo, ao se assegurar a salubridade da essencial parte humana da Administração Pública Municipal, conferindo um plano de saúde aos seus servidores, estar-se-á minorando os riscos inerentes às eventuais enfermidades que possam lhes afligir, uma vez que esses passariam a ter uma segurança contínua de acompanhamento médico ao longo de suas respectivas carreiras neste Município.

Com efeito, é indubitável que as pessoas amparadas por um plano de saúde estão mais seguras contra o desenvolvimento de indesejáveis e penosas doenças, considerando que a provisão do auxílio em comento engendra, à evidência, a praxe salutar de consultar especialistas clínicos, realizar exames médicos e lidar de maneira idônea com sintomas patológicos.

O incremento à proteção da saúde de seus servidores denota manifesta utilidade, pois as chances de estes desenvolverem moléstias circunstanciais no ambiente de trabalho serão decerto atenuadas – evitando, assim, adversidades concernentes à consentânea prestação dos serviços públicos (afastamentos e aposentadorias por invalidez, por exemplo).

Ademais, impende ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já firmou entendimento acerca da possibilidade de concessão do benefício de plano de saúde a servidores, mediante a edição de lei, nos exatos termos da Consulta n. 764.324, que teve como Relator o Conselheiro Eduardo Carone Costa.



## **Câmara Municipal de Arcos**

[www.camaraarcos.mg.gov.br](http://www.camaraarcos.mg.gov.br)

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35588-000

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 [contato@camaraarcos.mg.gov.br](mailto:contato@camaraarcos.mg.gov.br)

Outrossim, a Consulta de n. 812.115, que teve como relatora a Conselheira Adriene Andrade, ratifica a possibilidade da Administração Pública, por meio de projeto de lei, autorizar e regulamentar a concessão de plano de saúde aos servidores, afirmando, ainda, que tal despesa não deve ser computada como relativa a gastos com pessoal, para efeito da classificação do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelas razões expostas, submeto a proposta de Projeto de Lei à Vossa apreciação, contando com o reconhecimento de sua viabilidade.

Arcos, 28 de março de 2025.

**ALEX GRACIERES RIBEIRO – “DIDIER”**

**Vereador**